

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Farmácia Popular

O corte para garantir os recursos para o orçamento secreto, que também atingiu outros programas, como os voltados para saúde indígena, educação, formação em saúde e formação de profissionais para atenção primária, continuará repercutindo intensamente esta semana. O corte de 60% do orçamento do Farmácia Popular vai afetar a distribuição de pelo menos 13 remédios. O Programa distribui gratuitamente medicamentos para a pressão alta, diabetes, asma, entre outros.

Pacientes com doenças crônicas

Além disso, há outros medicamentos que fazem parte do programa e que podem ser comprados com descontos de até 90%. Infelizmente, pacientes que precisam desses remédios para tratar doenças crônicas como hipertensão, sofrerão com o corte do orçamento de 2023 do programa Farmácia Popular, que atende mais de 21 milhões de brasileiros.

Gestão de desmonte

O governo tem o dever de saber onde se gasta o dinheiro. Não pode fazer ensaios com dinheiro público. O que vem ocorrendo, segundo analistas, é uma gestão de desmonte de um programa que está dando certo. A política da área tem que ser conjunta, e não é. A responsabilidade é do Executivo, mesmo que o Ministério da Economia queira empurrar o problema para o Congresso. O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse que vai resolver a questão depois das eleições. É um risco para quem busca a reeleição, pois deixar as famílias irem às urnas pensando que não terão remédios acessíveis, pode ter um resultado eleitoral trágico.

Alteração do orçamento

Na avaliação do economista André Luiz Marques (foto), “as alterações no orçamento atingem de fato a sociedade, que acaba saindo prejudicada. Não há dúvida, a medida afeta diretamente a população, porque você faz um planejamento, e depois vai mudando isso conforme as pressões, conforme os interesses do Governo. Quer dizer, todo o processo orçamentário, ele parte do pressuposto de toda uma discussão, de uma negociação, de identificação do problema”.



INSPER/DIVULGAÇÃO/JC

Orçamentos mal feitos

“Esse jogo de tira daqui e coloca ali, conforme os interesses do momento, não poderia de forma nenhuma estar acontecendo. O ponto é ter um problema lá na origem com relação a orçamentos que muitas vezes são mal feitos, ou feitos de maneira simbólica, sem planejamento, com o processo começando errado; e assim vai errado do início ao fim”, afirma o economista André Luiz Marques, professor de Gestão, coordenador do Centro de Gestão e Ciências Públicas do Insper. No final, quem paga a conta é sempre a população.

Falta de planejamento

“Todo ano, todo momento, com essa desorganização, com essa falta de planejamento, quem sofre é a população que depende desse recurso público, que depende dessa política pública para que uma série de problemas possa ser solucionada. E quando isso não é bem feito, isso não é solucionado e a população continua sofrendo ano após ano, mês após mês. É o ápice da falta de planejamento”, acentua Marques.

Emendas do relator

A verdade é que as emendas do relator surgiram inicialmente para corrigir erros eventuais do orçamento, e acabaram sendo desvirtuadas no meio do caminho. O projeto orçamentário enviado pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso, prevê R\$ 1,2 bilhão a menos para medicamentos do SUS. Isso ameaça a distribuição de remédios da Farmácia Popular, deixando milhares de brasileiros sem acesso a medicamentos cuja vida depende deles.

Messalla propõe carga

Entrevista Especial

Livia Araújo e Caren Mello
politica@jornaldocomercio.com.br

Candidato do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - o chamado Partidão - ao governo do Estado, o servidor público Carlos Messalla traz ao Rio Grande do Sul algumas das plataformas que são consenso entre comunistas no Brasil e que fazem parte da plataforma de Sofia Manzano, que disputa o Planalto.

Entre essas propostas, está a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 30 horas. Embora Messalla admita que a ideia pode sofrer a resistência do empresariado local, o candidato crê que os benefícios irão se sobressair com o tempo. “O próprio ciclo econômico fará com que o empresário veja que tem funcionários mais saudáveis, que adoece menos, que produzem mais, e ele está ganhando igual ou até mais do que ele já ganhava”. A ideia do candidato, caso eleito, é de implantar a medida primeiramente no funcionalismo estadual.

Messalla também fala sobre questões como o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que pretende rever, e sobre privatizações, às quais o PCB é contrário.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Messalla ainda comenta a mudança de postura do Partidão no que chama de “eleições burguesas”, nas quais a falta de representatividade reduz a visibilidade da sigla. “É importante disputar as eleições mesmo com todos os empecilhos que elas nos trazem”, acredita.

Jornal do Comércio - Com o PCB tendo uma postura contrária às privatizações, caso eleito, como pretende abordar os processos que já estão em curso no Estado?

Carlos Messalla - Entendemos que não pode haver privatizações dentro do nosso Estado, porque a importância de uma estatal dentro do Rio Grande do Sul e no Brasil se dá justamente por conta do abismo social que temos, então precisamos de estatais fortes, que atendam a população com qualidade. E a gente vê que a própria empresa que comprou a CEEE já está tendo problemas. Sim, a CEEE apresentava

problemas, mas temos de saná-los justamente por conta da importância dessas empresas. A nosso ver, setores estratégicos e privatizações que foram feitas recentemente devem ser revistas e as empresas reestatizadas.

JC - Como seria feita essa reestatização?

Messalla - É óbvio que a empresa que comprou teve seus custos, seus gastos, então vamos, de uma forma tranquila, sentar com eles e dialogar, da maneira mais amigável possível, para chegar a um valor que seja plausível para ambos. Talvez, se não conseguíssemos pagar o valor total, parcelaríamos, para ver o que pode ser feito, mas dentro de parâmetros que a população também concorde. Não é algo que o próprio governo vai vir e tomar uma decisão a portas fechadas. Todo o nosso governo vai ser às claras.

JC - Quais seriam as estratégicas para a manutenção da gestão estatal?

Messalla - Não posso cair aqui em uma forma simplista de falar, tipo “todas as estatais”, mas seria um fato, pois todas elas têm sua importância. Mas, de forma estratégica, a questão de energia, telecomunicações, toda a parte de informática... todas são questões importantíssimas. Se o Estado não tiver o controle, entendemos que é muito ruim, porque é algo de que a gente precisará para questões futuras.

JC - Falando em futuro, caso seja eleito, seu governo terá de lidar com o Regime de Recuperação Fiscal, que impõe uma série de limites orçamentários aos governos futuros. Qual sua posição em relação a isso?

Messalla - Temos um entendimento que, na verdade até

outras organizações já citaram, até a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) tem esse processo desde 2012, que coloca que a dívida está paga, e nós também temos esse entendimento. O governo federal tem uma atitude em relação à dívida, a trata como se fosse um banco. O governo federal não é um banco, mas a gente está pagando juros sobre juros, de uma dívida que nós entendemos já estar paga. Para o RRF, foi feito um acordo que impede que tu faças investimentos por nove anos. Isso é algo que impossibilita concursos públicos. Isso impediria todos os trâmites que imaginamos aplicar em nossa política no Estado.

JC - O que pensa em fazer? Declarar moratória? Ou seguir pagando as parcelas enquanto se negocia outra saída?

Messalla - Teremos que sentar e dialogar, mas queremos seguir uma linha de não pagamento. Talvez paguemos a primeira e a segunda, porque havia um acordo, mas somos totalmente contrários. Que não seja uma situação conduzida de forma abrupta, mas sendo algo que impedirá o governo do Estado de ter a possibilidade de se reestruturar financeiramente... porque, passados esses nove anos, em que situação vamos estar? Se ele não pode fazer investimento, se ele não pode crescer economicamente...

JC - Entre as bandeiras do PCB, há a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais. Como convencer o empresariado de que isso é factível, em detrimento do lucro?

Messalla - Sim, isso traz um impacto, a gente vê um exemplo claro disso agora, com a suspensão da lei do piso da enfermagem, pois houve um lobby do

NEGÓCIOS DO



“O Banrisul vai ser fundamental, dando linhas de crédito (a pequenos e médios empreendedores)”